DAS GUERRAS NACIONAIS

Antoine-Henri Jomini

As guerras nacionais, de que já fomos forçados a falar quando tratámos das guerras de invasão, são as mais temíveis de todas. Não podemos dar esta designação senão àquelas que se fazem contra uma população inteira ou, pelo menos, contra a maioria dessa população, animada de um nobre fervor pela sua independência. Nestas condições, cada passo é disputado através de um combate. O exército que penetra num país deste tipo só é senhor do terreno onde monta o seu bivaque. As acções de reabastecimento não se podem executar senão a golpes de espada. As colunas de reabastecimento são, por toda a parte, ameaçadas ou tomadas de assalto.

Este espectáculo do movimento espontâneo de toda uma nação vê-se raramente, e, se apresenta qualquer coisa de grandioso e de generoso que concita admiração, as inerentes consequências são de tal modo terríveis que, no interesse da humanidade, é desejável que nunca aconteça.[1]

Um movimento desta natureza pode ser produzido pelas causas mais antagónicas. Um povo avassalado levanta-se em massa à voz do seu governo e os seus amos são os primeiros a dar-lhe o exemplo, colocando-se à cabeça da rebelião, partindo do pressuposto de que o povo se encontra animado de uma nobre afeição pelo seu soberano e pela sua pátria. Do mesmo modo, um povo fanático pode correr às armas à voz dos seus padres, assim como um povo, exaltado por propagandas políticas ou pela devoção sagrada que tem pelas suas instituições, se precipita ao encontro do inimigo para defender o que possui de mais valioso. O domínio do mar conta imenso para os resultados de uma invasão nacional. Se o povo sublevado dispõe de uma costa marítima extensa e se usufrui do domínio do mar – ou, então, tem por aliada uma potência que exerce esse domínio –, a sua capacidade de resistir é centuplicada, não apenas pela facilidade de alimentar a chama da insurreição e de inquietar o inimigo em qualquer ponto do país que ele ocupa, mas também devido às dificuldades que lhe causará ao seu reabastecimento por via marítima.

A natureza do país também pode contribuir muito para facilitar uma defesa nacional. Os países montanhosos são sempre aqueles em que um povo se torna mais temível. Logo a seguir, vêm os países cortados por vastas áreas de floresta.

A luta dos Suíços contra a Áustria e contra o duque de Borgonha, a dos Catalães em 1712 e em 1809, as dificuldades que os Russos experimentaram para submeter os povos do Cáucaso e, por fim, os esforços reiterados dos Tiroleses, demonstram suficientemente que os povos das regiões montanhosas sempre lograram resistir durante mais tempo do que os das planícies, tanto por causa do seu carácter e dos seus costumes como devido à natureza do terreno. Os desfiladeiros e as grandes florestas favorecem, assim como as zonas rochosas, este género de defesa parcial. A mata da Vendeia, tornada tão justamente famosa, prova que qualquer região acidentada, mesmo se apenas entrecortada de sebes, de valas ou de canais, proporciona um resultado semelhante, quando é valorosamente defendida.[2]

Os obstáculos que se deparam a um exército regular, tanto nas guerras de opinião como nas nacionais, são imensas e tornam extremamente difícil a missão do general incumbido de o comandar. Os acontecimentos que temos vindo a citar, assim como a luta dos Países-Baixos contra Filipe II e a dos Americanos contra os Ingleses, fornecem, a respeito deste ponto, provas elucidativas.

[1] Veremos, mais adiante, que não devemos confundir este desejo contra os levantamentos em massa com as defesas nacionais prescritas pelas instituições e reguladas pelos governos.

[2] As sebes e as valas que separam as propriedades na Vendeia têm umas dimensões tais que fazem de cada quinta um verdadeiro reduto, no qual os habitantes locais são os únicos adestrados para ultrapassar os obstáculos. As sebes e valas ordinárias, ainda que úteis, não têm a mesma importância.

Mas a luta bem mais extraordinária da Vendeia contra a República vitoriosa, as de Espanha, de Portugal e do Tirol contra Napoleão, e, por fim, as bem empolgantes de Moreia[3] contra os Turcos e de Navarra contra as forças da rainha Cristina constituem exemplos ainda mais impressionantes.

É sobretudo quando as populações inimigas são apoiadas por um núcleo considerável de tropas disciplinadas que uma guerra deste género oferece imensas dificuldades. Não tendes senão um exército, enquanto que os vossos adversários dispõem de um exército e de um povo revoltado em massa ou, pelo menos, em grande parte; um povo que de tudo faz uma arma, em que cada indivíduo conspira para a vossa perdição, em que todos os membros, mesmo os não-combatentes, se interessam pela vossa ruína e a favorecem por todos os meios. Nada ocupais senão o solo sobre o qual acampais; fora dos limites desse terreno, tudo vos é hostil, multiplicando, de mil maneiras, as dificuldades que encontrais a cada passo.

Estas dificuldades tornam-se, sobretudo, desmesuradas quando um país é intensamente cortado por acidentes naturais. Cada habitante armado conhece as mais insignificantes veredas e os locais onde conduzem. Em toda a parte encontra um parente, um irmão ou um amigo que o apoia. Os chefes conhecem igualmente o terreno, e, apercebendo-se instantaneamente dos vossos mais pequenos movimentos, podem tomar as medidas mais eficazes para frustrar os vossos projectos, ao mesmo tempo que, privados de todas as informações e incapazes de arriscar o envio de destacamentos de reconhecimento para as obter, não dispondo de outro apoio senão o das vossas baionetas e, no capítulo da segurança, da que resulta da concentração das vossas colunas, vos encontrais na contingência de agir às cegas. Cada uma das acções que preparais acaba numa decepção, e, assim que, depois das movimentações concertadas da melhor forma possível e das marchas mais rápidas e fatigantes, julgais ter chegado ao fim do vosso esforço e estar em condições de aplicar o golpe final, não encontrais outros vestígios do inimigo senão o fumo dos seus bivaques. Enquanto na figura de um autêntico D. Quixote arremeteis contra os moinhos de vento, o vosso adversário lança-se contra as vossas linhas de comunicação, aniquila os destacamentos posicionados para a sua guarda, surpreende as vossas colunas de reabastecimento, ataca os vossos depósitos e obriga-vos a uma guerra desastrosa, na qual, a longo prazo, inevitavelmente ireis sucumbir.

Na guerra de Espanha, eu próprio passei por duas terríveis experiências deste tipo. Quando o corpo de Ney substituiu o de Soult, na Corunha, tinha eu acantonado as companhias do trem de artilharia entre Betanzos e a Corunha, no meio de quatro brigadas que se encontravam separadas por duas a três léguas. Nenhumas tropas espanholas se encontravam vinte léguas em redor. Soult ocupava, ainda, Santiago de Compostela, a divisão Maurice Mathieu encontrava-se em Ferrol e em Lugo, a de Marchand na Corunha e em Betanzos. Pois, apesar disso, uma bela noite, as companhias do trem desapareceram, homens e cavalos, sem que nunca chegássemos a saber o que lhes tinha acontecido. Salvou-se, apenas, um cabo ferido, o qual nos garantiu que foram camponeses, liderados por padres ou frades, que os tinham degolado.

Quatro meses mais tarde, marchava o marechal Ney, com uma só divisão, à conquista das Astúrias, descendo pelo vale de La Navia, enquanto que Kellermann, vindo de Leão, para lá confluía pela estrada de Oviedo. Uma parte do corpo de La Romana, que defendia as Astúrias, foi-lhes no encalço através da contra-encosta das elevações que bordejavam o vale da La Navia, no máximo a uma légua de distância das nossas colunas, sem que o marechal tivesse a mínima notícia a esse respeito. No preciso momento em que entrava em Gijón, as tropas de La Romana caíram no meio dos regimentos isolados da divisão Marchand, os quais, dispersos devido à missão de guarda de toda a Galiza, com dificuldade escaparam ao assalto inimigo, salvando-se unicamente graças ao pronto retorno do marechal a Lugo. A guerra de Espanha produziu mil ocorrências tão espinhosas quanto esta. Todo o ouro do México seria insuficiente para obter algumas informações para os Franceses, e, mesmo aquelas que se arranjassem, não seriam senão chamarizes para mais facilmente os atrair a ciladas.

[3] Nome da península do Peloponeso, no Sul da Grécia, durante a Idade Média. [Nota do tradutor]

Nenhum exército, por mais aguerrido que fosse, poderia lutar com êxito contra semelhante sistema aplicado a um grande povo, a menos que dispusesse de forças, de um efectivo de tal modo formidável, que lhe permitisse ocupar fortemente todos os pontos sensíveis do país, cobrir as suas próprias comunicações e ser capaz, ainda, de dispor de corpos operacionais em considerável quantidade para bater o inimigo em toda a parte onde ele se revelasse. Mas quando este inimigo possui ele próprio um exército regular de avultada dimensão, capaz de se constituir como núcleo da resistência das populações, que quantidade de forças não seriam necessárias para, ao mesmo tempo, obter superioridade em toda a parte e proteger umas alongadíssimas comunicações contra a acção de numerosos grupos de combate?

É particularmente a guerra travada na Península Ibérica que importa estudar com afinco, para avaliar convenientemente todos os entraves que um general e umas tropas de comprovada bravura podem encontrar na conquista ou na ocupação de um país semelhantemente sublevado. Que esforços de paciência, de coragem e de resignação não foram necessárias às falanges de Napoleão, de Masséna, de Soult, de Ney e de Suchet, para fazer frente, durante seis anos completos, a 300 ou 400 mil Espanhóis e Portugueses armados, secundados pelos exércitos regulares de Wellington, Beresford, Blake, La Romana, Cuesta, Castaños, Reding e Ballasteros.

As formas de conseguir triunfar numa tal guerra são bastante difíceis: primeiramente, importa empenhar uma massa de forças proporcional à resistência e aos obstáculos que seguramente vamos encontrar; depois, acalmar as paixões populares por todos os meios possíveis e utilizá-los em permanência; empregar uma grande mistura de política, de afecto e de severidade, mas sobretudo uma grande justiça. São estes os primeiros ingredientes do sucesso. Os exemplos de Henrique IV nas guerras da Liga, do marechal de Berwick na Catalunha, de Suchet em Aragão e Valência, de Hoche na Vendeia, constituem modelos de tipos diferentes, mas que podem ser utilizados, consoante as circunstâncias, com o mesmo êxito. A ordem e a disciplina admiráveis mantidas pelas tropas dos generais Diebitsch e Paskievitch na última guerra[4], são, igualmente, modelos a citar, e não contribuíram pouco para o sucesso das suas missões.

Os espantosos obstáculos que uma luta nacional coloca ao exército que pretende invadir um país levaram alguns espíritos especulativos a desejar que não houvesse mais outro tipo de guerras, porque, nessa eventualidade, tornar-se-iam mais raras e as conquistas mais difíceis, oferecendo menos atractivos aos chefes ambiciosos.

Este tipo de raciocínio é mais ilusório do que justo, uma vez que, para admitir tais consequências, seria necessário poder, em todas as circunstâncias, inspirar às populações a vontade de correr a pegar em armas. Seguidamente, seria preciso ter a certeza de que, daí para a frente, não haveria senão guerras de conquista e que todas as guerras legítimas, mas secundárias, que não têm outro fim que não seja o da manutenção do equilíbrio político e da defesa dos interesses públicos, fossem banidas para todo o sempre. De outro modo, que meio é que existiria para saber qual o momento propício para provocar uma guerra nacional? Por exemplo, se 100.000 alemães passassem o Reno e penetrassem em França, com o objectivo original de se oporem à conquista da Bélgica, mas sem outro projecto de ambição contra ela, seria necessário provocar o levantamento em massa de toda a população da Alsácia, da Lorena, da Champanha, da Borgonha, homens, mulheres e crianças? Fazer uma Saragoça de cada pequena cidade amuralhada, levar, deste modo, por represálias, a violência, a pilhagem e as chamas a toda a região? Se não o fizéssemos e o exército alemão ocupasse estas províncias, no seguimento de alguns sucessos, quem garantiria que não procurasse, então, apropriar-se de uma parte do território, ainda que não fosse esse, inicialmente, o seu objectivo?

A dificuldade em responder a estas duas questões, assim colocadas, pareceria concorrer em favor da tese das guerras nacionais. Mas não há maneira de repelir uma semelhante agressão sem recorrer aos levantamentos em massa e à guerra de extermínio? Não existe um meio-termo entre

[4] Considerando a data em que a obra foi escrita, o mais provável é que Jomini se esteja a referir à guerra Russo-Turca de 1828-1829, na qual tiveram papel proeminente os dois generais previamente mencionados.

estas lutas de populações e as antigas guerras convencionais, feitas unicamente pelos exércitos permanentes? Não basta, para bem defender um país, organizar milícias ou landwher[5] que, devidamente uniformizadas e chamadas pelo governo a participar na luta, solucionariam deste modo a parte que as populações deveriam ter nas hostilidades, evitando deixá-las completamente fora do direito das gentes e pondo justos limites à guerra de extermínio?

Pela minha parte, responderei afirmativamente, e, aplicando este sistema misto às questões acima ventiladas, garantiria que 50.000 franceses de tropas regulares, apoiados pelas guardas nacionais do Este, vencessem facilmente este exército alemão que tivesse franqueado os Vosgos, dado que, reduzido a 50.000 homens pela necessidade de constituir um número interminável de destacamentos, teria que se avir, ao chegar ao Mosa ou ao Argone, com mais de 100.000 combatentes. É precisamente para alcançar este justo meio-termo que apresentámos, como princípio indispensável, a necessidade de preparar no exército boas reservas nacionais, sistema que oferece a vantagem de diminuir os encargos em tempo de paz e de assegurar a defesa do país em caso de guerra. Este sistema não é senão o mesmo que a França utilizou em 1792, imitado pela Áustria em 1809 e por toda a Alemanha em 1813. Assim sendo, não podia esperar os ataques que contra ele foram dirigidos.

Resumo esta questão afirmando que, não sendo um filantropo utópico nem um condottiere[6], podemos desejar, ainda assim, que as guerras de extermínio sejam banidas do código das nações e que as defesas nacionais por milícias regularizadas possam, doravante, ser suficientes, juntamente com boas alianças políticas, para assegurar a independência dos Estados.

Como militar, preferindo a guerra leal e cavalheiresca ao assassinato organizado, confesso que se pudesse escolher, optaria sempre pelos bons tempos em que as guardas francesas e inglesas, polidamente, se convidavam mutuamente a dar o primeiro tiro, como aconteceu em Fontenoy, à horrível época em que os curas, as mulheres e as crianças organizavam, em todo o território de Espanha, a matança dos soldados isolados.

Se, aos olhos do senhor general R...[7], esta opinião continua a constituir uma blasfémia, conformar-me-ei de boa vontade, reconhecendo, não obstante, que, entre estes dois extremos, existe um meio-termo mais aconselhável, que responde a todas as necessidades, e que é, justamente, o sistema que me valeu tantas críticas injustas.

Este texto faz parte do Artigo 8 da obra ***Compêndio da Arte da Guerra***.

Tradução de David Martelo

[5] Em alemão no texto original. [Nota do tradutor]
[6] Em italiano no texto original. [Nota do tradutor]
[7] É assim que está no original. [Nota do tradutor]